



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2020

ATA N°. 28/2020

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

**2 - PROPOSTA N°. 692/2020 - DOT - ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE
OEIRAS**

**3 - PROPOSTA N°. 693/20 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO -
CACILHAS NORTE**

**4 - PROPOSTA N°. 694/20 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO - ANTAS
SUL**

5 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2020-----

----- ATA NÚMERO VINTE E OITO/DOIS MIL E VINTE -----

----- Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Oeiras, devidamente convocada para o efeito, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia. -----

2 - PROPOSTA Nº. 692/2020 - DOT - ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OEIRAS: -----

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** salientou o seguinte: -----

----- “Penso que a proposta está de acordo com as alterações legais em vigor e a aplicar em relação ao PDM. -----

----- Em relação ao que foi a metodologia é bom que as pessoas percebam que não se está a fazer um novo PDM, estamos a adaptar aquilo que a legislação nos obriga, em relação à Lei de

Bases, que saiu em dois mil e catorze, a qual veio extinguir a categoria de solo “urbanizável”, passando todo o solo a integrar-se na classificação de “urbano” ou “rústico” e, nesse sentido, o Município, dentro dos prazos estabelecidos, toma a decisão dos urbanizáveis passarem a não urbanizáveis.-----

-----Portanto, de acordo com a legislação, fazer os termos de referência em dois mil e dezoito e o prazo era dois mil e vinte e um, estamos em dois mil e vinte, por isso em janeiro de dois mil e vinte e um será feita a prorrogação, mas vamos ver se isso se vai manter, ou se irá ser preciso fazer alterações, porque acredito que há um conjunto de Municípios que não estão tão avançados como Oeiras em relação a esta matéria, porque alguns nem constituíram as equipas para fazer essa adaptação, por isso é provável, fruto daquilo que foi a pandemia e fruto do que será a segunda vaga do COVID, existem Municípios que não terão condições para fazer esta adaptação, o que quer dizer que poderá haver prorrogação, mas isso não nos diz respeito. -----

-----Nós em relação a esta matéria tomámos a decisão do que era urbanizável passar a ser urbano, com a exceção da Serra de Carnaxide e aí haverá alguém que irá alterar o uso da Serra de Carnaxide, porque a Serra de Carnaxide ficou num enclave de solo rústico com características culturais, desportivas e recreativas. -----

-----É provável que essa questão vá surgir, não agora, mas na altura dessa unidade ser tratada, porque irá ser tratada à parte e virá à discussão mais profundamente. -----

-----Encontram-se concluídos os estudos necessários para fundamentar as opções de classificação do solo propostas na “Alteração ao PDM para adequação ao novo RJIGT. -----

-----O presente procedimento de alteração ao PDM é acompanhado por: “Relatório Justificativo” das opções adotadas no processo de classificação do solo; “Regulamento”; “Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica”; “Estudo Económico, Estratégia de Desenvolvimento e Programação de Investimentos”; “Cartas de Ordenamento e de Condicionantes que compõe o PDM, sem alteração à Carta da Reserva Ecológica Nacional do



Câmara Municipal
de Oeiras

Concelho de Oeiras, publicada a vinte e oito de janeiro de dois mil e dezasseis.” -----

----- **O Senhor Presidente** interrompeu para dizer o seguinte: -----

----- “Vale a pena, se assim o entenderem, abordar as três questões ao mesmo tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** salientou o seguinte: -----

----- “A proposta reafirma e consolida o Concelho de Oeiras com compromissos com a cidade, com a economia urbana, solo urbano competitivo e sofisticado. -----

----- É um trabalho minucioso e de séria ponderação. -----

----- A abertura e a capacidade de acolhimento, programas e projetos estratégicos, asseguram um PDM compatível, com iniciativas saudáveis e afirmativas. -----

----- A meu ver o Regulamento permite níveis elevados de compacidade e densidade, logo a garantia de cidade acessível, disponível a todas as bolsas, para efeitos de oferta diversa, ou seja, permite que haja uma oferta mais disponível e permite acesso a várias bolsas, para não ser sempre, para os mais favorecidos, ou aos mais abonados. -----

----- Do meu ponto de vista permite que haja soluções para a classe média, que é quem neste momento mais precisa. -----

----- Garante ainda um sólido e denso sistema viário, de porte ou de forte presença, articulação, firme cobertura territorial, ou seja, há um conjunto de peças territoriais, no sentido de haver um novo sistema de mobilidade viária e permite uma articulação e uma cobertura a todo o território. -----

----- O Plano Municipal de Mobilidade que está em elaboração, é importante no desenvolvimento das novas unidades operativas e dos novos Planos de Pormenor em execução e se possam consolidar com o Plano de Mobilidade. -----

----- O Plano de Transportes também era importante fazê-lo, assim como o Plano Municipal de Arborização, com a estrutura arbórea que temos no Concelho e a que pretendemos vir a ter, tendo em conta o tipo de árvores que devem ser plantadas em certos locais, porque não

são as mesmas para todos os locais.-----

-----Em relação ao Moinho das Antas, temos o Moinho das Antas Sul, Moinho das Antas Norte (que está aprovado) e o Espargal, que de alguma forma engloba o eixo. -----

-----Em relação ao Moinho das Antas Norte não sei se é possível fazer alguns acertos no sentido de enquadrar a sua interligação com o Moinho das Antas Sul.-----

-----Em relação ao Espargal, aprovámos a venda e tem um Plano.-----

-----Tendo em conta que toda esta zona vai ter um grande desenvolvimento e interligação, fazia sentido, embora não fosse o momento de o dizer e muita gente ficará zangada, porque contribuiu financeiramente para a construção da Estação, mas, um dia, terá que ser substituída por uma nova Estação, mas, eu penso que se justificava perfeitamente pensar num futuro em relação ao Espargal, do ponto de vista de uma nova Estação e do um interface para todo o enquadramento.-----

-----Em relação ao Plano da Zona Ribeirinha, que ia desde o Forte até à Cruz Quebrada, mas passará a ir até Algés, o anterior Plano foi suspenso para se fazer um novo e denominado Plano da Frente da Linha Costeira, gostaria de saber se vai para a frente o Projeto que o Ministério apresentou em relação ao terrapleno de Algés e parte da Cruz Quebrada.-----

-----Para mim é um Plano fundamental do ponto de vista da afirmação daquilo que foi a estratégia do doutor Isaltino, sobre a importância do mar e apostar no turismo, de modo que gostaria de saber se o Plano aponta ou não nesse sentido.-----

-----As respostas às questões que coloquei não condicionam a minha posição em relação a esta alteração do PDM, porque se cumpre o que está em vigor, há um processo a seguir, pois vai para análise severa das entidades e dos organismos do Estado que têm que dar parecer e dar o pontapé de saída para cumprir o destino que tínhamos, e como estava traçado tínhamos que o fazer.-----

-----Em relação à proposta de deliberação seiscentos e noventa e três - Delimitação da



Câmara Municipal
de Oeiras

UE-CN (Unidade de Execução - Cacilhas Norte) é uma proposta de qualidade integradora dos requisitos do PDM, de acordo com a legislação aplicável, as condicionantes físicas e a atualidade legislativa devido à proteção da natureza e do património histórico, dos equipamentos e dos serviços parecem assegurados. -----

----- Muito bem elaborados, os diagnósticos de fragilidade e potencialidade, na página vinte e sete dos termos de referência, que permitem “desenhar” os objetivos gerais na página vinte e oito dos termos de referência. -----

----- Em relação às fragilidades, refere-se: -----

----- - A fragilidade cadastral, assim como a quantidade de proprietários envolvidos na área de UE constituem-se como fatores que têm dificultado o desenvolvimento urbanístico deste território; -----

----- - A proximidade de infraestruturas viárias como a A Cinco e os respetivos acessos e servidões, assim como o atravessamento da VLS (prevista) na UE, uma vez que promovem a fragmentação territorial, e a criação de áreas de conflito acústico; -----

----- - O viaduto do SATU, previsto, atravessará a área da UE, constitui-se como um elemento com forte impacto na paisagem urbana; -----

----- - A existência de uma linha de água a céu aberto no lado poente da UE, como recurso natural-hídrico no PDM, que no local é inexistente, constitui-se como uma condicionante deste território; -----

----- - A existência de uma moradia devidamente licenciada na área de intervenção. -----

----- Relativamente às potencialidades:-----

----- - Importância Estratégica que esta área da UE assume no contexto das dinâmicas de desenvolvimento das atividades económicas do Concelho, nomeadamente, pelo facto de se encontrar na proximidade do eixo Oeiras-Taguspark, centrado na Ciência, Tecnologia e Inovação e o eixo das atividades económicas que se desenvolvem ao longo da VLS, no qual se encontram

em estudo novos parques empresariais de última geração. A proximidade da UE-CN e os parques empresariais, tem o potencial de criar sinergias que vão ao encontro dos objetivos estratégicos do Município e reforçar o conceito Oeiras Valley; -----

----- - A localização da UE na proximidade de infraestruturas viárias como a Autoestrada A Cinco (Lisboa-Cascais), a CREL, a Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove/Três que faz a ligação à A Trinta e Sete, e a Estrada Nacional Seis (Avenida Marginal), constituem um fator de valorização deste território, assim como o atravessamento do viaduto do SATU na UE, que prevê fazer a ligação da Estação Ferroviária de Paço de Arcos ao Tagusparque; -----

----- - A proximidade a equipamentos, espaços verdes de utilização coletiva ou espaços comerciais de referência como o Parque dos Poetas, o futuro Centro de Congressos e de Exposições, e o Centro Comercial Oeiras Parque; -----

----- - A possibilidade de criar um espaço multifuncional, cujo uso dominante são os serviços. -----

-----Depois temos os Objetivos Gerais. -----

-----Considerando as características deste território, assim como os compromissos urbanísticos envolvidos, a Unidade de Execução designada por Cacilhas Norte, tem por objetivos gerais:-----

----- - Promover a dinamização deste território através da criação de uma nova centralidade, uma marca territorial, com expressão arquitetónica ao nível da paisagem, atrativa e catalisadora do tecido empresarial integrado na estratégia de desenvolvimento subjacente à marca territorial Oeiras Valley, e das restantes funções urbanas, inserida no Eixo Estratégico Empresarial Sul, prevendo sinergias com os parques empresariais existentes e com os que se encontram previstos. Pretende-se promover a multifuncionalidade, indo ao encontro dos objetivos estabelecidos no PDM para a UOPG Poente Sul, nomeadamente: garantir a instalação de novas atividades - habitação, comércio, serviços de proximidade - que permitam consolidar a



Câmara Municipal
de Oeiras

multifuncionalidade, e, por conseguinte, a criação de um tecido urbano equilibrado;

- Promover a criação de um novo Parque Urbano que preveja a reabilitação e integração dos moinhos existentes (classificados pelo PSPCACO) e que faça a ligação - através de uma passagem aérea ciclo pedonal sobre a A Cinco - com o Parque Empresarial Lagoas Parque;

- Prever a disponibilização/cedência dos terrenos necessários à implementação dos viadutos três, e quatro do SATU e da Estação da Boa Viagem;

- Prever a criação de um silo automóvel de apoio à Estação da Boa Viagem e ao comércio e serviços que se pretende implementar;

- Prever a criação de espaços públicos de excelência, que sirvam de centralidade, de encontro da população, e de espaço de descompressão e enquadramento ao tecido edificado proposto, nomeadamente através da criação de quatro praças;

- Promover a criação de unidades de habitação Municipal, que pretendem ir ao encontro das políticas de habitação municipal, que têm em vista a fixação de famílias no Município, que não só as carenciadas.

Depois há um conjunto de Objetivos Específicos na página vinte e nove dos termos de referência da UE-CN no qual se pretende:

- Propor as regras de ocupação do solo - no que toca ao desenho urbano e às condições que lhe estejam inerentes;

- Coordenar, cooperar, gerir, articular - apoiando a operacionalização da proposta de intervenção através de operações urbanísticas de execução, a promover pelos proprietários, nomeadamente as de loteamento urbano e as de construção;

- Possibilitar o faseamento da UE-CN, tendo em conta as parcelas definidas no âmbito da mesma;

- Prever a demolição do edifício licenciado (moradia unifamiliar com um piso) que

se encontra implantado no artigo trezentos e cinquenta e cinco;

- Coordenar os acertos de extremas/permutas necessárias à regularização das propriedades;

- Desenvolver um Modelo de Gestão Urbanística que permita a distribuição justa dos benefícios e encargos da UE pelos proprietários;

- Promover o enterramento da rede elétrica que atravessa a UE.

- Depois há a edificabilidade e parametrização urbanística, áreas destinadas a espaços verdes, utilização coletiva, equipamento, estruturas viárias e acessibilidades, ruído, avaliação do parque ambiental, infraestruturas elétricas, mecanismos da perequação, que também é uma questão de justiça.

- Aguardo com alguma expectativa o que será no futuro a execução faseada e que seja bem sucedida, aí irá ser necessária a ajuda dos comproprietários, para que se possa executar este Plano num prazo razoável.

- Em suma.

- A composição revela qualidade, equilíbrio, harmonia, boas respostas, no âmbito dos sistemas viários e na estrutura verde programada.

- Sublinho uma vez mais, a importância de garantir densidades e ofertas diversificadas de modo a garantir o princípio, de mais cidade acessível ao maior número de pessoas, um indicador de densidade elevada e de capacidade elevada para garantir uma oferta mais diversificada.

- Hoje a questão habitacional é a maior agressão à estabilidade social na cidade.

- Sobre a proposta de deliberação seiscentas e noventa e quatro - Delimitação da Unidade de Execução - Antas Sul, é um investimento municipal de enorme valia, vem em muito boa hora, o conceito de nova centralidade Oeiras/Paço de Arcos, é de louvar, revitaliza ambos os espaços e congrega esforços de consolidação da União de Freguesias pelas melhores razões e



oportunidade de intervenção com objetivos de realização.

----- As potencialidades que o espaço oferece (Página trinta e nove do Anexo dois):-----

----- Nomeadamente a importância estratégica que esta área assume no contexto das dinâmicas de desenvolvimento da atividade turística e de lazer no Concelho, pelo facto deste local se inserir no Eixo Estratégico de Desenvolvimento da “Frente Ribeirinha”. -----

----- A exposição solar, presença do Rio Tejo, eixos visuais e panorâmica única no contexto do litoral do Concelho, nomeadamente no contexto da criação de espaços de lazer e recreio de fruição pública. -----

----- A existência de elementos evocativos da memória do local/património militar de defesa da linha de costa (duas baterias). -----

----- A existência de enquadramento urbanístico para criar as condições necessárias para ser no futuro um novo polo urbano, inserido no conceito Oeiras Valley, um local de fruição, encontros e acontecimentos, posicionado no Eixo Frente Ribeirinha com potencial de atratividade local e externa.-----

----- A proximidade a equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, como o Parque dos Poetas, a Praia de Santo Amaro de Oeiras e a estação de comboios de Santo Amaro de Oeiras, permitem um excelente investimento, bem como a preservação do espaço ribeirinho a sul da Avenida Marginal, não descurando o acesso ao Forte São João das Maias e outros acessos à linha costeira, aguardaremos os melhores ofícios da AIA e aguardaremos as melhores aplicações das normas de execução, (página trinta e três e trinta e quatro, do anexo dois).-----

----- Gostaria de louvar o trabalho do investigador Carlos Callixto sobre as fortificações marítimas do Concelho de Oeiras e a preservação do Património Militar aqui existente após remodelação e adaptação.-----

----- A nível das fragilidades sublinha-se:-----

----- A existência de condicionantes à ocupação por existência da REN em cerca de

quarenta por cento da área. -----

-----A totalidade da área em zona de risco de “tsunami”.-----

-----A maioria das parcelas de terreno constituem propriedade do Estado, grande parte expectante sem qualquer intervenção.-----

-----Deficiente acessibilidade/mobilidade viária e pedonal.-----

-----A existência da linha de comboio-de-ferro e a Avenida Marginal como fontes de ruído e barreiras que impossibilitam a articulação com a área a norte do caminho-de-ferro e a sul da Avenida Marginal.-----

-----A pré-existência da “Casa das Maias”, habitação unifamiliar, licenciada.-----

-----As fragilidades que o espaço oferece, deviam ser acrescidas de:-----

----- - Estudo do conflito acústico e a sua minoração;-----

----- - Deviam ser consideradas medidas de redução dos impactos que o ruído possa causar, estudando o solo, o clima e o regime dos ventos e medidas técnicas atenuadoras do ponto de vista construtivo, por exemplo (isolamento dos sons aéreos, de percussão ou transmitidos pelos materiais);-----

----- - O Estudo da ligação à Avenida Marginal, deveria ser integrado, já que à partida há a possibilidade de a construção ser faseada, tal como é referido na página cinquenta e três, do anexo dois; -----

----- - O Estudo do condicionamento do tráfego e estacionamento não pode ser deixado para posteriori mesmo que se corra o risco de errar agora; -----

----- - Estudos arqueológicos previstos, não os referidos em património civil e militar considerados como vestígio pré-histórico, dos quais o Concelho de Oeiras é um dos mais ricos a nível nacional;-----

-----Em suma: -----

-----A proposta traduz edifícios soltos, correspondendo a objetivos singulares, únicos, a



Câmara Municipal
de Oeiras

exigir forte qualidade arquitetónica e firme enquadramento paisagístico. -----

----- O desenvolvimento desta frente ribeirinha, a meu ver, deveria sustentar-se na elaboração de Projetos Urbanos e onde o Estudo Prévio e maquete, fosse visível, a solução estética e funcionalidade final. -----

----- A abordagem das operações urbanísticas em frente ribeirinha deve permitir, com clareza, o provável resultado final. -----

----- Se calhar é condição que se pode fazer, mas é pena se não conseguirmos valorizar muito mais qual é o objetivo. -----

----- As soluções de articulação com a marginal e os sistemas viários a norte da marginal devem favorecer a agradabilidade e o privilégio de tráfegos tranquilos. -----

----- Em relação ao quadro zero dois, página quarenta e oito, do anexo dois, pelas minhas contas, A mais B mais C, o total é de sessenta e seis mil duzentos e quinze metros quadrados e não sessenta e seis mil quatrocentos e quinze metros quadrados, presumo que seja um lapso, ou meu, ou de vocês, é só aplicar o índice e fazer as contas. -----

----- No quadro três, página quarenta e nove, anexo dois, na descrição dos totais dos índices três, últimas colunas e duas últimas linhas, existe um diferendo entre os índices apresentados e a relação entre a coluna das áreas, a saber, área total das parcelas da unidade operativa, que tem uma diferença de sete mil trezentos e noventa e sete metros quadrados, o que dá uma percentagem na ordem dos zero vírgula zero quarenta e três a mais, da primeira para a segunda, por sua vez inclui a área da Avenida Marginal e o B/lote, a diferença em percentagem entre as mesmas duas áreas, totais, é de zero vírgula zero vinte, corresponde a uma área de três mil quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados, ou seja, menos de metade da diferença apontada em dois ponto cinco ponto um, deverá ser equivalente ou muito próximo da área da Avenida Marginal. -----

----- Esta proposta é uma pequena comparação entre o trabalho feito nesta unidade de

execução, porque se calhar as dificuldades serão maiores aqui, mesmo em relação aos edifícios, é menos agradável do que a outra Unidade de Execução (Cacilhas-Norte), que está muito mais desenvolvido, muito mais clarificada, muito mais clara, vê-se o que vai ser, por isso corresponde ao objetivo singular e fazia parte da qualidade arquitectónica, para além do enquadramento paisagístico, neste temos uma coisa muito vaga e de difícil percepção.

Aqui, tendo em conta que é uma zona muito mais sensível, a nossa obrigação e exigência é maior, porque geralmente estas zonas ribeirinhas são o que vendem e definem a qualidade de um território, por isso é que um território que tem mar, tem mais potencialidades do que um que não tenha mar.

Nós temos mar, temos uma boa costa, temos que aproveitar aquilo que é uma boa peça para a venda do nosso produto, que é o território de Oeiras.”

A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia referiu o seguinte:

“Na penúltima reunião fiz em nome da CDU uma intervenção relativa ao PDM e às duas delimitações de unidade de execução que estamos a discutir agora em conjunto.

Relativamente à posição da CDU, vou reproduzir de alguma forma o que disse na altura ou remeter para a ata dessa reunião onde essa primeira discussão foi feita.

Em primeiro lugar, gostava de saudar a equipa técnica que fez e produziu estas propostas que chegam à Câmara Municipal e louvar todo o esforço, trabalho e toda a dedicação que as diferentes equipas técnicas da Câmara Municipal têm demonstrado ao longo deste mandato.

Por outro lado, realçar também, sublinhando que estamos a fazer uma alteração ao PDM, não uma revisão, uma alteração decorrente da Lei número trinta e um, de dois mil e quatro e do Decreto-Lei oitenta, de dois mil e quinze, para efeitos de classificação de solos.

Diz o próprio documento que não há uma alteração relativamente ao paradigma do PDM em vigor. Gostava de relembrar que a CDU votou contra o PDM em vigor.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Quando estamos a falar de documentos desta natureza, com esta dimensão e esta complexidade, porque aborda tantas questões diversas, assim como, quando tratamos de questões de orçamento, é impossível discordar de todo o documento e quero reafirmar que há coisas que a CDU considera positivas, tal como quando votamos contra o Orçamento. -----

----- Não gostava que ficasse a ideia de que por sermos contra, somos contra tudo aquilo que lá está expresso, há coisas que são positivas e há coisas que na nossa perspetiva são negativas e é da avaliação dessas questões, que depois decidimos o nosso sentido de voto. -----

----- Ocorre que, relativamente a este PDM, há uma estrutura da qual a CDU se distancia por compromisso assumido na campanha eleitoral com os eleitores, compromissos esse que nós honramos. -----

----- A verdade, é que aquilo que está proposto vai no sentido, como referi nessa outra reunião onde fizemos a primeira abordagem, de uma densificação de construção nova. -----

----- Tal como disse na altura, queria pôr de parte a questão da habitação social que para nós é uma frente prioritária de construção, se assim quiserem, mas vai de facto no sentido de uma densificação de construção nova e a própria avaliação ambiental estratégica, assume que há uma desvalorização da reabilitação urbana, coisa que a CDU assumiu ser na sua perspetiva bastante prioritária neste mandato. -----

----- Dizia eu que a avaliação ambiental estratégica sublinha essa desvalorização da reabilitação urbana e uma valorização na nossa perspetiva, sobrevalorização de construção nova.

----- Há uma outra questão que a avaliação ambiental estratégica sublinha na nossa perspetiva, também preocupante, que se prende com uma maior dimensão de área impermeabilizada, designadamente, com impacto em leito de cheia. -----

----- Sublinho aqui esta questão, nós estamos a construir um plano de combate às alterações climáticas, não é uma questão teórica, nem é uma questão com a qual as pessoas estão entretidas para quem não tem mais nada para fazer. -----

-----É uma questão que devemos levar a sério e quando aprovamos cada documento na Câmara Municipal, esta matéria do combate e da mitigação das alterações climáticas e fundamentalmente da adaptação do território ao fenómeno das alterações climáticas, é na nossa perspetiva determinante. -----

-----Ora, se temos um aumento substancial da área impermeabilizada e, fundamentalmente se ela tem impacto em leito de cheia, isto na nossa perspetiva é preocupante. -

-----Gostaria de sublinhar que há duas vertentes de trabalho, para além de outras, por tanto o que já temos discutido, argumentado e contra-argumentado nesta Câmara Municipal. -----

-----Há duas questões que na nossa perspetiva devem ser levadas mesmo muito a sério, com impacto em tudo aquilo que nós discutimos nesta Câmara Municipal, um tem a ver com aquilo que já referi com a matéria da mitigação e da adaptação às alterações climáticas e nesta perspetiva há aqui uma componente que eu gostava de realçar e que tem a ver com a biodiversidade urbana. -----

-----Oeiras tem feito um caminho nesse sentido, é preciso reforçar esse caminho da biodiversidade urbana, das tantas estratégias que se podem ter para reforçar essa componente da biodiversidade e acho que a Serra de Carnaxide, tendo em conta a sua dimensão, a sua localização, tem aqui um papel relevantíssimo neste objetivo. -----

-----A outra questão está relacionada com os transportes, é talvez das dimensões mais “coxas” do Município de Oeiras, o Poder Central tem aqui uma responsabilidade enormíssima em tudo aquilo que não se investiu nesta vertente com tradução no território de Oeiras e já referi no outro dia a questão do investimento ou do desinvestimento, porque o não investimento tem sido a realidade efetiva na linha de Cascais, que é uma linha central para a mobilidade das populações. -----

-----Só para dar outro exemplo temos muitas dúvidas que o SATUO seja uma resposta efetiva para as necessidades de mobilidade no Concelho. -----



----- Às vezes, a monstruosidade, se me permitem a expressão, da dimensão daquilo que nos é apresentado não corresponde à mesma dimensão, à proporção da dimensão da resposta que é dada às populações e o SATUO na nossa perspetiva constitui um problema que se criou e já assumimos isso e continuamos a assumi-lo no Concelho de Oeiras. -----

----- Nesta discussão gostava de sublinhar estes dois aspetos, que me parecem relevantíssimos e que se enquadram também nesta vertente onde nós discutimos o próprio ordenamento do território”.-----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** frisou o seguinte: -----

----- “Em relação aos transportes, quando falo no SATUO refiro-me a ele ou a outra coisa que se sustente nesta área, temos de ter um sistema de transportes que possa fazer a ligação entre Paço de Arcos, o Taguspark e o Cacém, para tal, ter-se-á que encontrar uma solução e sobre essa matéria o Senhor Presidente também não irá fazer “finca-pé” a dizer que tem de ser o SATUO custe o que custar, penso que tem a abertura suficiente para perceber que em determinado momento é preciso adaptar as situações para se ter uma melhor resposta. -----

----- Quanto à questão do comboio, também aqui é necessário, independentemente das carruagens que é importante modificar, o número de carruagens, as próprias estações, as interfaces para que as pessoas possam deixar o carro e ir de comboio e no futuro, mediante a assinatura de um protocolo realizado entre a Câmara de Oeiras, as Câmaras de Lisboa e Loures, relativamente ao metro. -----

----- O metro é uma falsa questão, ele está definido, está aprovado, está em Orçamento, o metro Amoreiras, Campo de Ourique, Campolide e Alcântara, aquele projeto do comboio a entrar para Alcântara e onde todas as estações vão ter metropolitano, Campolide, Sete Rios, Entrecampos, Alvalade, Avenida de Roma e Expo. -----

----- Relativamente ao elétrico rápido, vai permitir que se chegue onde já chegaram os elétricos e vamos ver a proposta da Câmara de poder ir a Carnaxide e mais à frente, fazer ali um

cixo. -----

----- Julgo que também é preciso, se bem que o estudo ainda não está feito e isso também depende da disponibilidade do Governo, ainda há pouco tempo ouvi o Primeiro-ministro falar dos investimentos e da solução encontrada em Coimbra para a ligação à Lousã pela linha de comboio de Coimbra, passou a ser feita por uma solução que na altura tínhamos aqui e que era o metro bus, uma solução muito mais barata e mais operacional, muitas vezes tem que ver com as pendentes que é necessário vencer, aplicaram lá essa solução, o Governo apoiou ali e cá também era preciso ver se tinha condições para apoiar. -----

----- Outra situação importante a nível do metropolitano é a ligação de Oeiras a Cacilhas, o Senhor Presidente já fez essa abordagem com a Presidente da Câmara de Almada, o Presidente da Câmara de Lisboa também verá isso com bons olhos, para Oeiras também é importante, mas é muito mais importante, no âmbito do território metropolitano, aí também havia oportunidade e como o Senhor Presidente sabe, houve uma candidatura apresentada a fundos comunitários feita pela Finlândia para fazer a ligação entre este País e a Alemanha com financiamento no valor de sete vírgula dois biliões de euros aprovados no parlamento e já está no arranque da execução em túnel, mas com uma componente rodoviária e ferroviária e é por ter a parte rodoviária que tem financiamento. -----

----- A ligação de Algés a Cacilhas também depende de ter ou não a situação da ferrovia e da rodovia. -----

----- No que toca à habitação, temos que associar um documento de investimento na área da habitação, o qual o Senhor Presidente já assinou, respeitante à nova habitação e às pessoas mais desfavorecidas. -----

----- Reabilitação do edificado, também é importante cuidar dele e também alguma habitação para pessoas mais jovens, pessoas com profissões específicas que estão deslocadas provisoriamente no território, aqui há um investimento cerca de cento e vinte milhões, há uma



estratégia. -----

----- Não podemos dizer que queremos a massificação onde construímos, é sempre aquela teoria que existe, o meu betão é diferente, é a mesma coisa que fazer escolas, monumentos culturais, é um betão diferente, mas também temos que fazer habitação para a classe média porque não a têm e isso também é um betão diferente. -----

----- Temos que ter uma oferta e o território de Oeiras tem todas as condições para isso ser feito, não podemos excluir ninguém, ou dizer, vamos excluir os muito ricos, não, porque também fazem falta para ajudar a pagar e valorizar o território, os médios nem são pobres nem ricos, são conforme a situação da conjuntura económica e com estes temos obrigação e temos que fazer investimento. -----

----- Quanto à situação da ocupação maciça do território, por um lado, não o podemos fazer, é contranatura, se fazemos, estamos a fazer em altura, eu prefiro ter uma torre com "x" metros do que ter o solo ocupado com determinados metros, não vejo nenhum mal em relação à altura. -----

----- Em relação à ribeira, ao leito de cheia, é uma situação que me preocupa, há situações que é preciso acautelar, nomeadamente, as ambientais, que também se resolvem com os planos das ciclovias, existir habitação próximo dos sítios onde as pessoas trabalham, melhora a qualidade habitacional, o território e o ambiente, existindo ao mesmo tempo as vias que fazem essa ligação e aí é obrigatório que as pessoas tenham o emprego, o lazer, a habitação para que possa haver uma maior apetência para o espaço e para que sejam mais felizes". -----

----- **O arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte: -----

----- “Relativamente à questão dos enganos ou potenciais equívocos que poderia haver nas contas, porque eu tenho uma obsessão de não falhar nessas contas e, por isso, fui logo ver onde poderia haver os erros. -----

----- De facto, o que acontece na página quarenta e oito do modelo de gestão da unidade

de execução Cacilhas/Norte é só uma percepção, uma leitura incorreta do que está no quadro, o que consta no quadro está correto, em cima está o valor de venda e a seguir os custos da operação. -----

-----O valor de venda é calculado pelo valor unitário de mercado. Para vender aquele produto imobiliário e todos os outros custos não é o valor de mercado, é o valor do custo do investimento necessário para produzir aquele produto, está correto, no entanto, percebo que talvez a forma como o quadro foi apresentado possa ter induzido o Senhor Vereador em erro, até porque, do ponto de vista contabilístico habitualmente se põe os totais em cima e em cima está um valor de venda e abaixo desse valor está um conjunto dos custos associados à produção daquele produto que tem aquele valor de venda, para meu descanso não há equívoco. -----

-----No caso da Marginal ou das Antas Sul, onde havia uma diferença entre o somatório da área das parcelas e o total da área de intervenção, é porque entre as várias parcelas atravessa a Marginal, como a Marginal é do domínio público não é uma parcela, logo o somatório das parcelas com a área do domínio público dá o total da área de intervenção, também está correto. --

-----Percebe-se que não se tenha identificado o domínio público como uma parcela e também se percebe que na leitura do Senhor Vereador pudesse ser possível pensar que poderia ser um equívoco e se fosse era bom corrigi-lo já. -----

-----As referências que foram havendo em relação à avaliação ambiental estratégica na perspetiva de estarmos a aumentar área nova e a reduzir ou a desvalorizar a reabilitação e paralelamente estarmos a criar uma maior potencialidade de imperialização em relação àquilo que é a nossa base de trabalho, que é o PDM de dois mil e quinze, isso não acontece assim, pelo contrário. -----

-----Em relação ao PDM de dois mil quinze a área urbanizável é reduzida na proporção em que aceitámos a classificação como rústico de pelo menos cem hectares da Serra de Carnaxide. -----



----- A Serra de Carnaxide tem cento e quarenta hectares, a área potencialmente ocupável ficou limitada a vinte por cento, a vinte e oito hectares, logo, há cento e dez hectares que vão ficar fora do potencial urbanizável, é a área limite que pode ser utilizada para infraestruturação urbana no contexto do perímetro dos cento e quarenta hectares da Serra de Carnaxide e isso é o que está no regulamento que fez a Professora Fernanda Paula Oliveira, essa redação está lá feita para se perceber quais são os objetivos que na realidade aqui concretizam aquilo que a Câmara sempre defendeu e aquilo a que o Senhor Presidente sempre se referiu em relação à Serra de Carnaxide, em que se pretendia fazer um grande parque urbano de nível metropolitano e fazer um remate urbano em relação à Amadora onde está o “Sky City” que encosta à nossa fronteira e onde ao lado está a urbanização da antiga Marconi e que envolvem a referida serra. Há a redução dos cem hectares que não vamos ocupar na Serra de Carnaxide. -----

----- Em relação à questão da reabilitação, não há qualquer desvalorização nem redução da reabilitação, porque não é retirada nenhuma ARU, não é retirado nenhum perímetro de intervenção que tenha a ver com a reabilitação. -----

----- O que se conclui, é que em Oeiras há uma necessidade de construção nova, não só para acolher as empresas, mas também para acolher habitação, ou seja, não temos uma quantidade de fogos devolutos em que os edifícios estejam degradados, que pelo investimento em reabilitação conseguíssemos resolver o problema das necessidades de habitação das pessoas. -

----- Temos os fogos ocupados e a maior parte do parque habitacional público e privado de Oeiras é relativamente potente, é evidente que já passaram vinte ou trinta anos e já carece de alguma reabilitação, mas não se trata de situações como em Lisboa, que tem edifícios para reabilitação há cinquenta, setenta ou cem anos, ali sim, havia um parque imenso que estava por utilizar, não estava ao serviço das pessoas poderem habitar e que carecia de investimento.-----

----- Aqui não há nenhuma redução em relação à matriz do plano de dois mil e quinze relativa à aposta na reabilitação, que se mantém na mesma, o que estamos a fazer aqui é apenas

garantir que a aposta que havia em potencial de desenvolvimento para acolher as empresas, os outros equipamentos e também a habitação que é procurada e que é necessária, até no novo conceito de articular habitação com o local de trabalho, ou seja, do paradigma que aproxima o local de trabalho da habitação, exatamente para reduzir as necessidades de mobilidade, é isto que nós estamos a fazer, não há acréscimos desta natureza.

Também não há densificação em relação ao cenário de concretização do plano de dois mil e quinze, nem podia haver, porque não era aceite, não podemos alterar os parâmetros limite do plano de dois mil e quinze, no contexto de uma alteração, a nossa visão é de que Oeiras irá evoluir para uma cidade, embora policêntrica, e qualquer outra pessoa pode ter outra perspetiva.

Quanto à questão da mobilidade, é importante referir que há uma diferença no tempo das coisas, ou seja, há as necessidades de curto prazo em que a dinâmica urbana, que já está instalada, necessita de determinados investimentos para resolver os problemas de mobilidade, que já estão a criar dificuldades na vivência do próprio espaço de cidade e há outras questões que sabemos e que os canais, de alguma forma, estão garantidos no próprio PDM já depois de dois mil e quinze e têm a ver com uma estratégia de desenvolvimento futura e com a resolução de questões estruturantes da mobilidade de uma periferia que está a crescer em direção a uma pequena cidade, mas que ainda não tem todas as estruturas organizadas para que essa mobilidade possa funcionar de uma forma eficiente, sobretudo, no transporte público.

Aqui é que está a dificuldade destas periferias que crescem a partir de pequenos polos rurais, que havia antigamente e que depois quando se tentam organizar como uma cidade precisam de criar o seu sistema de canais de mobilidade e de articulação urbana.

Isto tem diferentes níveis de funcionamento e estou a dizer isto para que não se pense que vai ser necessário um plano de mobilidade estruturante, para poder tomar decisões em relação a determinadas operações que se têm de realizar num espaço de tempo muito mais curto.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Há uns anos atrás discutia-se o que era o planeamento, se era um processo, se era uma estrutura de planos que estava na lei, o planeamento é um processo que tem vários níveis de intervenção em simultâneo e que se vão articulando entre si e essa é a forma como se tem atuado e isso permite que tenhamos de fazer determinadas coisas no momento presente, salvaguardando que os estudos gerais estruturantes vão traduzindo para as decisões do presente, informação que garante que as condições futuras vão ser melhores do que aquelas que temos atualmente. -----

----- Um outro aspeto que também justifica um pequeno comentário é a articulação de todas as zonas que estão ligadas do Antas Norte, do Antas Sul e o Espargal, mas isso está exatamente a ser feito assim, porque nós estamos a coordenar, não só as nossas próprias unidades de execução, como também as propostas dos privados que possam querer investir e que estão a investir ali à volta, para que tudo fique articulado e o Parque dos Poetas possa chegar pedonalmente até ao rio. -----

----- A nossa intenção é que o Parque dos Poetas possa desaguar no rio e isto passa por criação de percursos pedonais e de uma extensão da estrutura verde até chegar ao Antas Sul e do Antas Sul pelas pontes pedonais passar para o Parque das Fontainhas e assim estamos no rio, desde a entrada norte do Parque dos Poetas até lá abaixo, vamos tentar fazer um contínuo reajustando algumas soluções em termos de desenho urbano para garantir com detalhe esta articulação que está a ser feita. -----

----- Por último, dizer que fiquei muito contente de ver que o Senhor Vereador Joaquim Raposo fez uma excelente síntese dos termos de referência, uma honra para todos nós". -----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- "Tenho algumas considerações, eu diria que são mais notas políticas, visto que a questão técnica terá sido respondida pelo arquiteto Luís Serpa, mas também queria fazer uma referência à equipa técnica. -----

----- Eu não me atrevo a dizer que temos a melhor equipa técnica do planeamento urbano

do País, mas não tenho dúvidas que temos uma das melhores equipas de planeamento deste País a nível municipal e que tem produzido documentos de muita qualidade. -----

-----Nós estamos a fazer estas alterações porque somos obrigados.-----

-----Politicamente não me revejo no atual Plano Diretor Municipal.-----

-----Um Plano Diretor Municipal deve ser o fruto da estratégia política que as forças vencedoras no consenso possível com as outras forças políticas estabelecem, isto é, um modelo de desenvolvimento para o território e para o Concelho.-----

-----O Plano Diretor Municipal de mil novecentos e noventa e quatro tinha essa dimensão, porque era um documento que tinha um regulamento como este tem, mas tinha uma dimensão estratégica que apontava eixos de desenvolvimento ao nível do território e do Concelho que nos dizia o que é que Oeiras queria ser ao fim de vinte ou trinta anos.-----

-----O Plano Diretor Municipal de dois mil e quinze é uma imposição dos técnicos da CCDR de Lisboa, podia ser uma imposição do Governo, eu até aceitava, mas a CCDR de Lisboa é que impôs, isto é o que me dizem todos os autarcas que estavam na Câmara Municipal nessa altura e é o que me diz a equipa técnica da Câmara Municipal, que todos os argumentos que apresentaram foram rejeitados pela CCDR e realmente isso consta das atas, se os Senhores Vereadores forem ver as atas de discussão do Plano Diretor Municipal de dois mil e quinze realmente há ali uma oposição clara entre o que eram os princípios defendidos pela Câmara ou pela equipa técnica e aquilo que a CCDR impôs.-----

-----Na minha opinião, significa que precisamos de fazer a revisão do Plano Diretor Municipal e essa revisão é que vai ser importante e a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia vai poder explanar todos os seus argumentos.-----

-----Na revisão do Plano Diretor Municipal nós temos de plasmar aquilo que são as nossas ideias, as nossas propostas eleitorais e o modelo de desenvolvimento para o Concelho. Nada disso é conseguido com o que estamos a aprovar aqui, o que estamos a aprovar, mais uma



Câmara Municipal
de Oeiras

vez, é uma imposição da lei, estamos a fazer a adaptação do Plano Diretor Municipal de dois mil e quinze, a legislação que o Governo aprovou e que impõe que as Câmaras Municipais façam. ---

----- Por outro lado, é indiscutível que não há qualquer densificação, pelo contrário, aquilo que vai acontecer são solos urbanizáveis, que vão passar a rústicos e, na minha opinião, não devia acontecer, portanto, isto não é incompatível com sustentabilidade ambiental, combates às alterações climáticas, adequação do território às alterações climáticas, etc.. -----

----- Também é uma falácia dizer-se que a densificação é contra as alterações climáticas, tudo depende, se por ventura não forem tomadas medidas atenuadoras e de combate às alterações climáticas. -----

----- O problema da Serra de Carnaxide que ultimamente tem vindo a ser muito discutido.

----- Gostaria de lembrar que a Câmara já é proprietária de trinta e sete hectares, são trinta e sete campos de futebol, que foi sendo comprado pela Câmara Municipal ao longo dos anos e a Câmara Municipal continua compradora. -----

----- Se queremos fazer um parque, se queremos salvaguardar a serra com toda a sua biodiversidade e aumentar essa biodiversidade, aliás, se há biodiversidade na Serra de Carnaxide também se deve à Câmara de Oeiras, se repararem onde ela está com mais potencial é nos trinta e sete hectares da Câmara, porque foi lá que fez uma diversidade de plantações de espécies arbóreas que enriqueceram aquela zona e vieram permitir, até ao nível da fauna, que houvesse uma espécie de incubadora para determinados insetos e pássaros, portanto, não havendo condições de expropriar a serra toda há uma ocupação mínima que será devidamente estudada, onde haja menos impacto de maneira a libertar oitenta hectares. -----

----- O que são oitenta hectares? -----

----- O Parque dos Poetas tem vinte e três hectares. -----

----- Há uma questão que o arquiteto Luís Serpa já referiu, mas não quero deixar de dizer, tem a ver com a articulação Antas Sul, Antas Norte, o Espargal e o Parque dos Poetas, é obvio

que está nas mãos da Câmara e isso tem a ver com os projetos que são apresentados para criar condições para haver uma ligação franca entre o Parque dos Poetas, o Espargal, o Moinho das Antas Norte, Moinho das Antas Sul, etc.. -----

----- Aquando da apresentação concreta dos projetos, nos regulamentos, na unidade de execução etc., não se estão a definir as contrapartidas que os promotores vão ter de entregar à Câmara Municipal, é óbvio que naquela zona terá que ser tudo muito bem estudado e em que moldes é que os diferentes promotores irão comparticipar na execução de infraestruturas, passagens pedonais, passagens superiores à A Cinco, passagens inferiores, avenidas, estradas, etc., tudo isso, tem que ser devidamente cuidado, mas aí eu penso que a Câmara já demonstrou que sabe fazer as coisas. -----

----- Obviamente que há determinadas questões que não diz respeito à Câmara e diz respeito ao Estado, a nova estação de caminhos-de-ferro, a REFER há alguns anos, decidiu que não havia nova estação de caminhos-de-ferro, portanto, foi decidido não há qualquer hipótese. ---

----- Por outro lado, também não faz sentido ter uma estação de caminhos-de-ferro de cem em cem metros, a estação de Santo Amaro está a cento e cinquenta metros ou duzentos metros da estação de Oeiras, por isso, ficaria a cem metros ou cento e cinquenta metros do Espargal, seja como for, a estação não é da Câmara Municipal, nós até para pintar uma estação precisamos de pedir autorização às Infraestruturas de Portugal e demoram um tempo imenso a resolver esse problema, portanto, há coisas que não estão nas nossas mãos. -----

----- É engraçado, porque nas redes sociais e muitas vezes até os partidos políticos, a classe política é enxoalhada por outra classe política, eu já vi determinados políticos dizerem que o Isaltino lançou aquela primeira pedra pela terceira vez e eu ainda ontem falei nisso. -----

----- Só houve um caso aqui em Oeiras em que eu lancei a primeira pedra duas vezes, foi o Complexo Desportivo de Porto Salvo, porque lançámos a primeira pedra para a construção do campo de futebol, no antigo campo de futebol, e depois chegou-se à conclusão que ali não cabia,



Câmara Municipal
de Oeiras

pensou-se então num outro espaço, mas os proprietários eram muitos e não se conseguia, veio a Doutora Teresa Zambujo e passou para o aterro sanitário, quando eu cheguei em dois mil e cinco para o aterro sanitário era preciso ter estacas de grande profundidade, era a mesma coisa que fazer um campo de futebol no Bugio, portanto, era caríssimo e mudou-se de sítio, foram negociados os terrenos e lá se conseguiu fechar o negócio e o complexo desportivo está lá.-----

----- Isto para dizer que cada vez que muda um Executivo, às vezes até da mesma cor, vem apresentar um plano para a zona ribeirinha como se fosse uma novidade, desde mil novecentos e noventa e um/mil novecentos e noventa e dois está definido o que a Câmara de Oeiras quer para a zona ribeirinha. -----

----- A Piscina Oceânica e a Marina estavam definidas desde mil novecentos e oitenta e quatro/mil novecentos e oitenta e cinco, ainda não era Presidente da Câmara, foi um projeto que me foi apresentado para um mês ou dois meses depois de ter sido eleito pela primeira vez, Presidente da Câmara. -----

----- A verdade é que, apesar da Câmara ter uma ideia global sobre todo o passeio ribeirinho tem vindo a executar-se parcialmente, foi a Piscina Oceânica, o Passeio Marítimo, o Porto de Recreio, vai ser lançado concurso público este ano das Fontainhas, esta a ser feita a última fase do passeio marítimo e o projeto da “Lusalite”. -----

----- Onde é que há indefinição neste momento? -----

----- A indefinição está no Campus Mar, que foi apresentado recentemente pela anterior Ministra do Mar e ao que parece mantém-se, não havia ainda uma definição dos conteúdos do Campus do Mar, a dada altura o Campus do Mar é para acolher empresas tecnológicas ou instituições de investigação científica e pode não ter a ver com o mar, por exemplo, o Instituto Gulbenkian de Ciência, que precisa de fazer obras de grande profundidade rapidamente, eventualmente tem de sair para um edifício novo e gostariam de ficar naquela zona onde está definido o Campus do Mar.-----

-----A ideia da Marina em Paço de Arcos já é muito antiga, há mesmo um estudo prévio sobre isso, houve discussões com a Ministra do Mar.-----

-----Porque é que a situação não avança e não se consolida? -----

-----Já há meses que temos andado em contacto, primeiro era o Ministério do Mar agora com a última remodelação passou para o Ministério das Infraestruturas, já mandámos uma carta ao Ministro das Infraestruturas.-----

-----O Governo fala muito em descentralização e a malta acredita nisso, foi feito o diploma da descentralização em relação às zonas ribeirinhas, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aceitaram essa transferência de competências, só que está lá o artigozinho pequenino que diz que o Ministro das Infraestruturas criará um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho é que vai determinar como é.-----

-----Apesar das insistências da Câmara Municipal, tenho agora uma reunião marcada, ainda não foi criado o grupo de trabalho.-----

-----Havendo recentemente esta Lei de transferência da delegação de competências dos Municípios das zonas ribeirinhas, a Administração do Porto de Lisboa tem a lata de vir pedir a renda da Piscina Oceânica porque está na zona de intervenção do Porto de Recreio, então veio pedir umas centenas de milhares de euros de renda.-----

-----Nós temos de ter consciência que nem tudo depende da Câmara.-----

-----Está reconhecido pela Área Metropolitana de Lisboa que o SATUO é um projeto estruturante da Área Metropolitana de Lisboa, a ligação da linha de Cascais à linha de Sintra é considerado um projeto estruturante, obviamente que o SATUO não avançou por razões que todos conhecem, portanto, neste momento está um grupo a trabalhar e está a averiguar se há uma obsolescência ou não, foi nomeado recentemente um Diretor Municipal que até é mais ao menos dessa área e cuja incumbência vai ser exatamente a de acompanhar esse processo, portanto, pode haver obsolescência daquela tecnologia e eventualmente poderá haver outra solução qualquer. ---



----- O SATUO é a designação do Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras, o que importa é que temos uma linha dedicada com um traçado devidamente definido, salvaguardando as construções que houver, quando quisermos meter ali um transporte em linha dedicada, está lá, agora se vai ser o sistema automático de transporte urbano ou se vai ser um transporte mecânico ou elétrico é uma questão que dentro de uns meses se vai saber qual é a solução. -----

----- A relação de Oeiras-Algés que o Senhor Vereador Joaquim Raposo falou em matéria de transportes, eu gostaria de referir a todos que como é natural Oeiras está alinhada com a Área Metropolitana de Lisboa, portanto, poderemos ter algumas soluções locais e o Combus é uma solução local, até ao fim do ano vão entrar em funcionamento mais oito autocarros que visam resolver alguns problemas internos do Concelho. -----

----- Foi adjudicado, julgo que quem vai ter a concessão em Oeiras, Amadora e Sintra, é a "Scotturb", mas formalmente ainda não me foi dado conhecimento. -----

----- Nós estamos sempre alinhados com as outras instituições, ontem terminava o prazo para enviar projetos estruturantes pedidos na Área Metropolitana de Lisboa para apresentarem ao Governo e podem-se apresentar projetos, aliás, na próxima reunião de Câmara vou entregar a listagem, há projetos de dimensão nacional, projetos de dimensão regional, intermunicipal e municipal, para terem uma ideia, vamos levar projetos que andam na ordem dos quatrocentos milhões de euros e não temos o orçamento da travessia, seja túnel ou ponte, de Algés à Trafaria, foi o único projeto nacional que nós colocámos, para não andar aqui a dispersar e considerámos o SATUO ou o intermunicipal ou metropolitano. -----

----- Ainda ontem enviamos e considerámos a travessia do Tejo, justamente para haver esta sintonia com a Câmara de Almada e com a Câmara de Lisboa e está a ser discutido nas Câmaras Municipais e eu estou convencido que a única Câmara que se vai opor, legitimamente, é a do Barreiro, do género eu estou de acordo mas primeiro façam a de Chelas-Barreiro. -----

-----Relativamente à questão do controlo de qualidade dos edifícios e urbanizações, da apresentação de maquetes ou estudos prévios já é uma prática na Câmara de Oeiras hoje, já há muitos projetos e estudos que nós não decidimos sem ver uma maquete.-----

-----Já foi referido pelo arquiteto Luís Serpa em relação à intervenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, no que diz respeito à densificação e alterações climáticas, mas há uma coisa que eu gostaria de dizer, há muita gente que eu acho que anda iludida com esta questão, o problema da desvalorização de requalificação do edificado existente, é uma situação que não faz sentido.-----

-----No caso de Oeiras contam-se pelas dezenas os edifícios degradados, não penso que há muito edifício degradado e devolutos são muito poucos, há aí alguns edifícios degradados que a serem recuperados é para as famílias que lá vivem. -----

-----Em suma, a requalificação de edifícios não resolve o problema da falta de habitação na Área Metropolitana de Lisboa, aliás, até temos alguns com efeitos perversos, no caso da cidade de Lisboa, por exemplo, Bairro Alto, Madragoa, Graça, os valores que atingiram os imóveis essas famílias foram sacudidas para outro lado, por isso, se queremos resolver o problema da habitação não é com a requalificação do edificado degradado. -----

-----Em relação às alterações climáticas, à biodiversidade e o problema da impermeabilização, etc., neste momento é mais uma questão do discurso político do que uma questão técnica, porque na realidade dá a impressão que algumas pessoas acordaram para as alterações climáticas agora, eu pelas circunstâncias fui obrigado logo em mil novecentos e oitenta e seis, porque em mil novecentos e oitenta e sete houve umas cheias brutais em Algés e em mil novecentos e oitenta e três também havia. Eu apanhei a ressaca das cheias de mil novecentos e oitenta e três, porque tínhamos contraído um empréstimo para as obras de reparação dos efeitos das cheias e na altura maior parte das ruas deste Concelho eram esburacadas e a rua mantinha-se esburacada um ou dois anos e ninguém reclamava.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Curiosamente, ainda estamos a pagar esse empréstimo. -----

----- Hoje só há cheias no Dafundo se a Câmara se descuidar com o desassoreamento da parte final da Ribeira da Junça que aconteceu no passado, porque houve uma avaria na máquina e os SIMAS não renovaram o contrato. -----

----- Está-se a fazer um projeto e aguarda-se apenas o parecer do Porto de Lisboa mais uma vez para fazer a obra que definitivamente erradicará as cheias daquela zona do Dafundo. -----

----- Em Algés, há mais de trinta anos que o Instituto Nacional da Água fez o projeto para a regularização da Ribeira de Algés, que é o principal problema que temos no nosso Concelho e custava trinta milhões de euros. -----

----- Por volta de mil novecentos e noventa e seis/mil novecentos e noventa e sete a Câmara de Oeiras propôs-se a suportar quinze milhões de euros dessa obra e os outros quinze milhões de euros seriam suportados pelo INAG, no âmbito de fundos comunitários, isto é a comparticipação que seria dada pela Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Foi apresentada a candidatura e morreu e morreu a obra também. -----

----- Agora nós estamos a planear a antiga Praça de Touros, é uma decisão que iremos ter que tomar, pelo menos um dos troços da ribeira vai ter de ser o Município a investir. -----

----- A questão da biodiversidade, eu acho que nós por vezes somos masoquistas, há uns anos atrás a SIC tinha um programa que era a Praça Pública e Oeiras era uma mártire nisso, a Ribeira do Jamor era o expoente máximo, porque cheirava mal a esgoto, não havia patinhos, não havia bogas, não havia ervas, não havia nada, há pouco tempo morreram muitos patos, porque houve um problema devido a uma descarga e os patos apanharam uma hepatite que os dizimou, quer dizer que a fauna e flora das nossas ribeiras melhorou extraordinariamente. -----

----- A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia diz que duvida que o SATUO seja exposto à dimensão das necessidades de mobilidade do Concelho. -----

----- Claro que não, a Via Longitudinal Norte provavelmente vai resolver muitos mais

problemas. -----

-----Para verem como muitas vezes as pessoas dizem mal por dizer e falam do que não sabem, uma senhora que é Assessora de um Ministro, e é nossa munícipe, anda nas páginas sociais a dizer que a Estrada do Murganhal não tem passeios e a Câmara Municipal de Oeiras é uma vergonha, porque já devia ter feito os passeios, a estrada é nacional e a Câmara anda há anos a negociar com o Ministério das Infraestruturas de Portugal para ver se nos passam a estrada para nós pudermos fazer as obras e os passeios. -----

-----Há um mês ou dois veio a resposta das Infraestruturas de Portugal. -----

-----Nós também andamos a negociar para ficar com a Marginal, mas o Ministério das Infraestruturas também já nos disse que só nos passam aquele bocadinho para fazermos o túnel de Santo Amaro. -----

-----Hoje houve um acidente na marginal, um carro que deitou abaixo o muro e caiu para cima do Passeio Marítimo. -----

-----A responsabilidade é da Câmara Municipal. -----

-----Não pode ser assim, uma coisa são as responsabilidades da Câmara outra coisa são as responsabilidades do Governo. -----

-----E quando o Senhor Vereador Joaquim Raposo diz que o Governo não tem duas caras, eu digo-lhe, todos os Governos têm duas caras, eu vou dar dois exemplos muito recentes, um do Governo da TROIKA, social democrata, a Nova era para vir para Oeiras, mas, entretanto, o engenheiro Sócrates perdeu as eleições e entrou o doutor Passos Coelho e o Presidente da Câmara de Cascais, que era Vice-Presidente do PSD, não sei como, o Presidente da Câmara de Oeiras teve conhecimento, pelos jornais, que a universidade Nova ia para Cascais. -----

-----Nunca falei disto em público, estou a falar pela primeira vez. -----

-----Havia uma candidatura à Agência Europeia para as Alterações Climáticas, uma coisa tão cara, mas tudo isto tem de ser feito em segredo e a Câmara Municipal preparou uma



Câmara Municipal
de Oeiras

candidatura que eu confiando que os Senhores Vereadores a iam aprovar, corri o risco de dizer que íamos financiar com três milhões de euros a construção do edifício, apesar da nossa proposta ser indiscutivelmente a melhor o Governo achou que ficava melhor em Matosinhos.

----- Sabe o que vai acontecer? -----

----- Lembra-se da Agência Europeia de Medicamentos que ia para o Porto? -----

----- Foi para a Holanda. -----

----- Não queria terminar sem a questão da habitação, acreditem que o Município de Oeiras tem uma grande experiência nesta área, temos alguns programas que são inéditos em Portugal. -----

----- A Habitação Jovem, Oeiras é o único Município que tem um programa dessa natureza. -----

----- Parece que estamos todos de acordo, isto tem a ver com a futura revisão do PDM, porque na revisão do PDM se nós quisermos resolver problemas de habitação temos que urbanizar alguns terrenos, parece que todos estão de acordo em que a Câmara Municipal promova e o Estado também, aliás, nas últimas declarações que eu vi a propósito da habitação é que o Governo quer lançar programas destinados a arrendamento e venda à classe média, porque Portugal é o País da União Europeia que tem menor parque habitacional público. -----

----- Na Holanda, quarenta por cento do parque habitacional é público, ou nos países nórdicos, Suécia e Noruega, em Portugal ao que parece, só quatro ou cinco por cento do parque é que é público. -----

----- Se todos estão de acordo em que se construa habitação para a classe média, seja para arrendamento, seja para venda, como é que vamos diluir essa habitação, vamos fazer bairros sociais para a classe média, bairros específicos para a classe média ou vamos diluí-la pelas urbanizações novas que aparecem novas? -----

----- Considero isto realmente muito grave, a generalidade das pessoas não olha para a

história, agora anda tudo muito entusiasmado com as matemáticas, com as informáticas, mas não estudam história e a história é que nos ensina. -----

-----O que é que aconteceu nas últimas quarenta ou cinquenta décadas? -----

-----Lisboa era uma cidade pequena, mas com o dobro da habitação que tem hoje, com a terciarização de Lisboa, empurraram a população para as periferias, Oeiras, Amadora, Belas e Loures.-----

-----Decorridos trinta ou quarenta anos houve municípios que perceberam mais cedo, Oeiras foi um deles, que nos últimos trinta anos também avançou para a terciarização do acolhimento das empresas. -----

-----Então o que é que se pretende agora com as novas políticas urbanas? -----

-----Esta ideia do betão é empurrar agora para novas periferias, ou seja, quem trabalha em Oeiras não pode viver em Oeiras, tem que ir viver para Mafra, para o Cartaxo, porque isto à medida que a terciarização se vai expandindo, nós neste momento temos quase setenta mil pessoas que vem trabalhar quase todos os dias para Oeiras, mas independentemente dessas, temos o crescimento natural, os filhos de Oeiras, aqueles que os pais nasceram aqui ou vivem cá, esses não têm onde comprar casa, por isso, se os estamos a empurrar para novas periferias estamos a fazer aquilo que criticámos que fizeram há trinta ou quarenta anos. -----

-----Finalmente, uma boa notícia, apesar do contexto COVID, ontem lançámos a primeira pedra do novo hotel na vila de Oeiras.-----

-----Na quinta-feira anterior estive na inauguração das instalações da sede social do Auchan, não foi por acaso que saiu de Lisboa para vir para Oeiras, as multinacionais gostam de vir para cá. -----

-----Para correspondermos à tendência de crescimento em termos de empresas de base tecnológica não temos hipótese, o Plano Diretor Municipal não responde a essa necessidade. -----

-----Na mesma manhã estive na apresentação de um plano de uma escola, a “International



Câmara Municipal
de Oeiras

Sharing School”, que vai fazer um investimento nos próximos cinco/seis anos, na ordem dos sessenta milhões de euros e querem fazer o melhor Campus Educativo deste País, eu fiquei surpreendido, porque setenta por cento da escola tem trezentos alunos, todos eles estrangeiros e querem chegar aos mil e quinhentos alunos.

----- É neste quadro de otimismo que estamos aqui a apreciar três propostas, estejam ou não de acordo, correspondam àquilo que nós gostaríamos ou não, de todo modo, são informadoras daquilo que os próximos anos vão conhecer em matéria de desenvolvimento no nosso território.”-----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Eu não tenho nada a ver com o PDM aprovado em dois mil e quinze. -----

----- Sobre a questão da Serra de Carnaxide, foi dito anteriormente que quando herdamos, herdamos o bom e o mau, mas na política também é assim.-----

----- Neste momento existem todas as condições do lado da Amadora para se poder fazer a continuação do parque da Serra de Carnaxide. Por trás do hospital até ao “Sky City” estava prevista a expansão do cemitério da Amadora e na altura foi decisão minha, achei que não ficava bem nas suas traseiras um cemitério, tendo em conta que o cemitério da Amadora foi ampliado e tem sepulturas aeróbias etc., tem perfeitamente capacidade e prescindiu-se de fazer a ampliação do cemitério.-----

----- Existe um terreno que vai da IC Dezanove e a MARCONI, que era a continuação de um parque urbano, na altura pensou-se nisso para a Academia Aga Kan, porque a academia Aga Kan quando começou era para ir para a Amadora e para aquele terreno ao lado do Hospital que é do Ministério da Agricultura, o Presidente da Câmara de Sintra, na altura, entendeu que ficava lá bem o Estado Maior da Força da GNR e lá está a GNR. -----

----- Para acabar com esta história, eu acredito que seja preciso fazer alguma intervenção do lado de lá, como está a ser feito um plano estratégico de estacionamento no município que

permita a utilização de transportes públicos. -----

-----Em relação aos problemas da habitação, não vamos resolver como foram resolvidos em determinados momentos, Lisboa fez isso em relação à classe média, nos Olivais, Moscavide, e Bairro Padre Cruz, em Benfica, em relação às entidades que fazem criação de empregos, nós devíamos ter associado a criação de habitação para a classe média, até para evitar os problemas ambientais ao deslocarem-se com as suas viaturas.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Em relação à habitação para a classe média, nós vamos já ter dentro de dois anos, não teremos é com a quantidade que é necessária, mas estarmos a fazer trezentas ou quatrocentas casas para a arrendamento ou venda a custos controlados, não é significativo perante a procura que nós sentimos que é necessária, terá que haver aqui um esforço, que eventualmente pode não passar exclusivamente pela Câmara, algumas empresas já vieram sugerir à Câmara para retomar os antigos CDH, que um particular faz limitando o preço de venda e a Câmara Municipal tem a listagem e entrega aos construtores.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do **Senhor Presidente**, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e remeter à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a presente proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras, para convocatória de conferência procedural. -----

-----Nos termos dos artigos centésimo décimo quinto, centésimo décimo oitavo, centésimo décimo nono e número dois, do artigo centésimo nonagésimo nono, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.-----

-----O presente procedimento deverá estar concluído até nove de janeiro de dois mil e



vinte e um, nos termos do artigo trigésimo quinto-D, do Decreto-Lei número vinte, de dois mil e vinte, de um de maio.-----

----- Número três, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.-----

3 - PROPOSTA Nº. 693/20 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO - CACILHAS NORTE:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a delimitação da Unidade de Execução - Cacilhas Norte e da respetiva solução urbanística.-----

----- A abertura do período de discussão pública obrigatório.-----

----- Nos termos do número dois, do artigo quadragésimo sétimo, número dois, do artigo octogésimo nono, do número dois, do artigo centésimo quadragésimo sétimo, número quatro, do artigo centésimo quadragésimo oitavo, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e número três, do artigo septuagésimo primeiro, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, publicado na segunda série, do Diário da República, número cento e setenta e nove, a catorze de setembro de dois mil e quinze.-----

4 - PROPOSTA Nº. 694/20 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO - ANTAS SUL:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor**

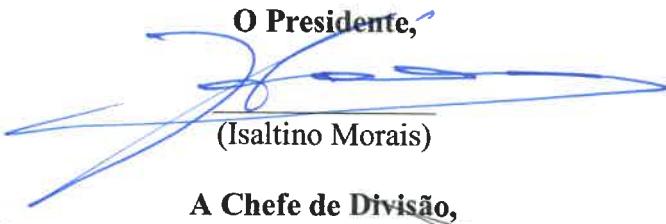
Presidente, aprovar a delimitação e solução urbanística da Unidade de Execução - Antas Sul.----

-----Abertura do período de discussão pública obrigatório. -----

-----Nos termos do número dois, do artigo octogésimo nono, do número dois, do artigo centésimo quadragésimo sétimo, número quatro, do artigo centésimo quadragésimo oitavo, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e número três, do artigo septuagésimo primeiro, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, publicado na segunda série, do Diário da República, número cento e setenta e nove, a catorze de setembro de dois mil e quinze.-----

5 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às dezassete horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)